

Autorização concedida ao Repositório Institucional da Universidade de Brasília pelos organizadores e autores dos capítulos do e-book **Estilhaços da memória: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil** para disponibilizar a obra, gratuitamente, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da obra, a partir desta data.

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

REFERÊNCIA

SOUZA, Jean Costa; PRADO, Paulo Brito do. Cultura da memória e políticas do passado no instituto de história e geografia do maranhão: o museu e a escrita da história do maranhão na primeira república. In: BRITTO, Clovis Carvalho; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da; CERÁVOLO, Suely Moraes (org.). **Estilhaços da memória: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico; Salvador [BA]: Observatório da Museologia na Bahia [UFBA/CNPq], 2020. p. 212-229.

ESTILHAÇOS DA MEMÓRIA

O NORDESTE E
A REESCRITA DAS PRÁTICAS
MUSEAIS NO BRASIL

Clovis Carvalho Britto
Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha
Suely Moraes Cerávolo
(Organizadores)



Prof. Me. Gil Barreto Ribeiro (PUC Goiás)

Diretor Editorial
Presidente do Conselho Editorial

Dr. Cristiano S. Araujo

Assessor

Larissa Rodrigues Ribeiro Pereira

Diretora Administrativa
Presidente da Editora

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Solange Martins Oliveira Magalhães (UFG)

Profa. Dra. Rosane Castilho (UEG)

Profa. Dra. Helenides Mendonça (PUC Goiás)

Prof. Dr. Henryk Siewierski (UnB)

Prof. Dr. João Batista Cardoso (UFG Catalão)

Prof. Dr. Luiz Carlos Santana (UNESP)

Profa. Me. Margareth Leber Macedo (UFT)

Profa. Dra. Marilza Vanessa Rosa Suanno (UFG)

Prof. Dr. Nivaldo dos Santos (PUC Goiás)

Profa. Dra. Leila Bijos (UnB)

Prof. Dr. Ricardo Antunes de Sá (UFPR)

Profa. Dra. Telma do Nascimento Durães (UFG)

Profa. Dra. Terezinha Camargo Magalhães (UNEB)

Profa. Dra. Christiane de Holanda Camilo (UNITINS/UFG)

Profa. Dra. Elisângela Aparecida Pereira de Melo (UFT)

Prof. Ms. Euvaldo de Sousa Costa Junior (UFPI)

Clovis Carvalho Britto
Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha
Suely Moraes Cerávolo
Organizadores

**ESTILHAÇOS DA MEMÓRIA:
O NORDESTE E A REESCRITA DAS
PRÁTICAS MUSEAIS NO BRASIL**

1ª edição

Goiânia - Goiás
Editora Espaço Acadêmico

Salvador - Bahia
Observatório da Museologia na Bahia (UFBA/CNPq)

- 2020 -

Copyright © 2020 by Clovis Carvalho Britto, Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha e Suely Moraes Cerávolo

Editora Espaço Acadêmico

Endereço: Rua do Saveiro, Quadra 15, Lote 22, Casa 2
Jardim Atlântico - CEP: 74.343-510 - Goiânia/Goiás
CNPJ: 24.730.953/0001-73
Site: <http://editoraespaocoacademico.com.br/>

Contatos:

Prof. Gil Barreto - (62) 98345-2156 / (62) 3946-1080
Larissa Pereira - (62) 98230-1212

Editoração: Franco Jr.

Imagem da capa: Vidro quebrado azul - Oleksii Vovk | Dreamstime.com

CIP - Brasil - Catalogação na Fonte

E81 Estilhaços da memória : o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil [livro eletrônico] / Organizadores Clovis Carvalho Britto, Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha e Suely Moraes Cerávolo. – 1. ed. – Goiânia : Editora Espaço Acadêmico ; Salvador[BA] : Observatório da Museologia na Bahia[UFBA/CNPq], 2020.
356 p. ; Ebook.

Inclui referências bibliográficas
ISBN: 978-65-00-07333-1

1. Museu. 2. Museu – Nordeste – Brasil. I. Britto, Clovis Carvalho (org.). II. Cunha, Marcelo Nascimento Bernardo da (org.). III. Moraes, Suely (org.).

CDU 069(1-18)

O conteúdo da obra e sua revisão são de total responsabilidade dos autores.

DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito dos autores. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*
2020

SUMÁRIO

SOBRE FRAGMENTOS DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO
MUSEOLÓGICO NO NORDESTE BRASILEIRO: UMA ENTRE
MUITAS OUTRAS POSSÍVEIS INTRODUÇÕES..... 9
Maria Margaret Lopes

APRESENTAÇÃO 27
Clovis Carvalho Britto
Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha
Suely Moraes Cerávolo

Parte I

GABINETES E COLEÇÕES DE HISTÓRIA NATURAL

COLECIONISMO E ILUSTRAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL
HOLANDÊS DE MAURÍCIO DE NASSAU (1637-1644) 32
Cláudia Philippi Scharf

OS JARDINS DO PALÁCIO VRIJBURG: O RECIFE HOLANDÊS
E A CIRCULAÇÃO DE SABERES SOBRE PLANTAS E ANIMAIS
(1637-1645)..... 50
Heloisa Meireles Gesteira

O VIAJANTE FRANCÊS JEAN-BAPTISTE DOUVILLE EM
TERRAS BAIANAS E O GABINETE DE HISTÓRIA NATURAL
NA CIDADE DO SALVADOR: A TRAJETÓRIA DE MUTAÇÕES
(1835-1931)..... 66
Suely Moraes Cerávolo
Mariana Cerqueira Rodriguez

ROMPENDO SILÊNCIOS: JOSÉ JOAQUIM RODRIGUES LOPES
E O GABINETE DE HISTÓRIA NATURAL DA PROVÍNCIA DO
MARANHÃO (1844) 86
Clovis Carvalho Britto

DO GABINETE DE HISTÓRIA NATURAL AO MUSEU DE
HISTÓRIA NATURAL DO CEARÁ: O PRIMEIRO MUSEU
CEARENSE (1867-1871)..... 103
Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos

O ONTEM E O HOJE DO GABINETE DE HISTÓRIA NATURAL:
UM ESTUDO DE CASO DO GINÁSIO PERNAMBUCANO..... 120
Pollynne Ferreira de Santana

Parte II
MUSEUS E COLEÇÕES DOS INSTITUTOS
HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

O MUSEU DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO
DA BAHIA E A CULTURA DO PATRIMÔNIO DA BAHIA
(1894-1927)..... 140
Suely Moraes Cerávolo

“A GUARDA FIEL DE NOSSAS TRADIÇÕES E DA NOSSA
HISTÓRIA”: O MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE E OS HERÓIS
POTIGUARES (1902-1917)..... 159
Magno Francisco de Jesus Santos

“UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES”: EM DEFESA DE
NOVOS ESTUDOS SOBRE O INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO PARAIBANO..... 177
Margarida Maria Dias de Oliveira

SOBREVIVENTE ENTRE “MUSEUS PERDIDOS”: NOTAS SOBRE
O MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE
SERGIPE (1912-1946) 195

Clovis Carvalho Britto

Rafael Jesus da Silva Dantas

Roberto Fernandes dos Santos Júnior

CULTURA DA MEMÓRIA E POLÍTICAS DO PASSADO NO
INSTITUTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO MARANHÃO:
O MUSEU E A ESCRITA DA HISTÓRIA DO MARANHÃO NA
PRIMEIRA REPÚBLICA..... 212

Jean Costa Souza

Paulo Brito do Prado

A RETÓRICA DAS COISAS: DESLOCAMENTOS, APROPRIAÇÕES
E NARRATIVAS SOBRE A COLEÇÃO PERSEVERANÇA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS 230

Ulisses Neves Rafael

Parte III

COLECIONADORES, MUSEUS E EXPOSIÇÕES

SOBRE NEGROS, CANGAÇO E COBRAS-CORAL OU O
MUSEU DE ARTE DA BAHIA (MAB), ANTES DELE MESMO 248

Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha

O MUSEU DE ARTE ANTIGA DO INSTITUTO FEMININO
DA BAHIA E O COLECIONISMO DE HENRIQUETA MARTINS
CATHARINO 268

Marijara Souza Queiroz

“COM GRANDE JÚBILO, JUSTO ENTUSIASMO E ORGULHO VOS
APRESENTO O PRIMEIRO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA”:
O PIAUÍ NA EXPOSIÇÃO ESTADUAL DE 1923 286

Laila Pedrosa da Silva

EM “RESPEITO ÀS SAGRADAS RELÍQUIAS DE NOSSA HISTÓRIA”: O MUSEU HISTÓRICO E DE ARTE ANTIGA DE PERNAMBUCO, ENTRE 1928 E 1933 304
Rodrigo Cantarelli

DO MUSEU HISTÓRICO AO MUSEU HISTÓRICO E ANTROPOLÓGICO DO CEARÁ: A DANÇA DOS OBJETOS NA RESSIGNIFICAÇÃO DAS EXPOSIÇÕES MUSEOLÓGICAS 321
Ana Amélia Rodrigues de Oliveira

“VISITANDO A CASA DO HOMEM QUE CONTA A HISTÓRIA DE SERGIPE”: JOSÉ AUGUSTO GARCEZ E O MUSEU SERGIPANO DE ARTE E TRADIÇÃO (1948)..... 335
Jean Costa Souza

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES 352

CULTURA DA MEMÓRIA E POLÍTICAS DO PASSADO NO INSTITUTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO MARANHÃO: O MUSEU E A ESCRITA DA HISTÓRIA DO MARANHÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

JEAN COSTA SOUZA
PAULO BRITO DO PRADO

Em meados do século XX, o mundo experimentava uma infinidade de transformações sociais e culturais impulsionadas por novas tecnologias inventadas durante a “Revolução científico-tecnológica ou, mais simplesmente, Segunda Revolução Industrial” (SEVCENKO, 1992, p. 156) dos idos de 1870. O planeta, até então dividido entre os países industrializados e aqueles em processo lento de industrialização, era fortemente marcado pela disputa neocolonial – muito desigual – em que os países do norte europeu, acompanhados pela América do Norte e pelo Japão, tiravam proveito da mão de obra barata e das riquezas naturais inexploradas de regiões pobres da África, da América Latina e da Ásia.

O “breve século XX”, na célebre acepção do historiador britânico Eric Hobsbawm (1995), iniciara seu dinâmico percurso sob os reveses de profundos conflitos que já vinham assolando o mundo europeu desde os movimentos populares, a exemplo da Primavera dos Povos, dos nacionalismos românticos e da Guerra Franco Prussiana de fins do século XIX. Em um contexto de Estados e de Nações, de territórios, de fronteiras e do reconhecimento da independência de anteriores colônias, iniciava-se uma febril celebração de feitos quase que exclusivamente masculinos, brancos e viris e de memórias nacionais fortemente alinhadas às reminiscências de antigos “impérios”, de ulteriores representações monárquicas e dos feitos dos “grandes homens”. Foram as figuras masculinas que manejaram, em um passado compreendido como sendo repleto por gloriosas vitórias, as armas e os braços que seriam tomados como a força impulsionadora do soerguimento dos Estados-nação contemporâneos.

Esses mesmos homens eram os que legariam capital cultural suficiente para afixar sua monumentalização no presente nacional então comemorado por gerações, indistintamente, de homens que herdariam suas memórias e que compartilhariam dos mesmos sentimentos. *Pari passu* ao movimento comemorativo, à seleção e ao enquadramento de memórias (POLLAK, 1992) experimentadas na Europa do século XIX – uma herança das grandes comemorações da Revolução Francesa (LE GOFF, 2013)¹ – alcançávamos, em 1914, a “era dos extremos”, o tempo da grande guerra e das constantes crises do capitalismo, eventos que descortinariam para a civilização ocidental e grande parte do mundo oriental, o poder de destruição acumulado e, muitas das vezes, arquitetado por homens de negócios no decorrer do longo século XIX e por grande parte do fremente século XX.

O tempo ao qual nos referimos é aquele em que nasceram, frutificaram, perpetuaram ou morreram tantas ideologias quantas foram possíveis ser idealizadas. Neste tempo – o entre séculos XIX e XX – se criou, se refinou e reverberou projetos raciais atrelados ao evolucionismo de Charles Darwin, a eugenia de Francis Galton e a antropologia criminal de Cesare Lombroso (SCHWARCZ, 1993). O socialismo burilou por parte do leste europeu e o feminismo, em fins do oitocentos, apropriou-se do liberalismo para justificar a ampliação da cidadania para as mulheres, pelo menos em parte da Europa (França e Inglaterra) e das Américas (Estados Unidos e Brasil) (HAHNER, 2003).

Esse era o tempo de um nacionalismo racializado fortemente marcado pela luta entre ideologias políticas², tais como as do liberalismo, do fascismo, do anarquismo, do socialismo, do capitalismo industrial e do nazismo – este último é lembrado, responsabilizado e culpado pelo holocausto e pelo terror de um estado xenófobo, como o era o estado alemão de Hitler dos anos 1930 e 1940. Em meio a tantos projetos e ideias, o capitalismo industrial preponderou e perspectivas nacionalistas e civilizacionais, fortemente influenciadas pe-

¹ Em estudo sobre a memória e a sua manipulação, Jacques Le Goff (2013), percorrendo as transformações desta que por vezes lhe afigurou como laicizada, cristianizada e em outros momentos burocratizada pelas monarquias absolutistas, demonstra como a memória se tornou matéria para comemorações nacionais. De acordo com Le Goff, foi a Revolução Francesa que garantiu o retorno da memória dos mortos e deu aos cemitérios, abandonados na Europa uma conotação romântica reconectando-os à memória. O historiador ainda apontou que “o século XIX viu, não mais tanto na ordem do saber como o século XVIII, mas na ordem dos sentimentos e, também, diga-se em abono da verdade, da educação, uma explosão do espírito comemorativo” (p. 423). Aparece a manipulação da memória como matéria para os nacionalismos homogeneizantes.

² Para uma discussão das tecnologias e das estéticas de construção da nação brasileira perseguindo propostas revisionistas pelo mundo lusófono, americano e europeu, e o modo como se construiu uma “cultura da etnicidade” no Brasil, consultar Maria Bernardete Ramos Flores (2007).

lo sujeito humano e universal masculino (SCOTT, 2008; SOIHET, 1989), sobressaíram no interior de tantas disputas, movimentações e projetos de estado.

A nação moderna em ascensão não era só “uma entidade idealizada ou forma de política, mas um fenômeno político-cultural de intervenção sobre o corpo do indivíduo para forjar o corpo coletivo da nação” (FLORES, 2007, p. 68). No mundo europeu, como no americano, e em específico no Brasil, inventou-se um “povo” mestiçado e harmonizado em suas diferenças raciais e em suas opressões – historicamente estratificadas no corpo, na memória e na identidade. Tantas diferenças, memórias de opressão e ressentimentos foram unilateralmente esquecidos por uma nação representada e divulgada por instituições militares e civis, bem aos moldes daquelas pensadas pelos iluministas no século XVIII. Os homens de “prol” – e brancos em sua quase maioria – a esta época acreditavam que a qualidade racial branca e masculina “melhor convinha às condições de extensa mestiçagem que se desejava para o Brasil no curso do branqueamento. O gene branco, mais forte, seria portador da possibilidade do aperfeiçoamento racial” (p. 327).

Defronte de muitas ideias, sentimentos, conflitos, movimentações sociais, eventos impactantes, contextos de crises econômico-sociais e de guerra total, como a que se inaugurava na noite em que as luzes se apagaram em toda a Europa, desenrolando-se pelos anos de refregas bélicas que percorreram, salvo rápida interrupção, de 1914 até 1945 e, por acaloradas querelas de forte conotação racial mundo a fora, nada apagou a memória das grandes nações que, imbuídas pela ideia do positivismo e do progresso evolucionista, deram início a muitas celebrações já no século XIX e por todo o século XX a passados de conquistas relacionadas aos tempos das monarquias e dos domínios coloniais sobre regiões que a esse momento já experimentavam a independência ou que já migravam do regime monárquico para o republicano, como aquele vivenciado pelo Brasil.

O caso brasileiro não se diferenciou muito das nações europeias e norte-americanas do oitocentos. Nesses trópicos, a cultura da memória aferrou-se em instituições culturais fortemente relacionadas com os interesses monárquicos e que teceram políticas da história construídas em instituições culturais pensadas nos moldes de academias, “como aquelas próprias do iluminismo, tendo contudo como projeto o traçar a gênese da nacionalidade brasileira” (GUIMARÃES, 1988, p. 7) integrando “o ‘velho’ e o ‘novo’, de forma a que as rupturas [fossem] evitadas” (p. 7). Os propósitos das instituições acadêmicas fundadas no momento eram a “soberania do princípio nacional enquanto

critério fundamental definidor de uma identidade social” (p. 7). Estas desejavam produzir narrativas que dessem “conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a contudo numa tradição de civilização e progresso, ideais tão caras ao iluminismo” (p. 8).

Os institutos históricos e geográficos que surgiram, inicialmente no Rio de Janeiro, sede do Império e depois do governo republicano, e que se espalharam por diferentes regiões ao longo dos séculos XIX e do XX, se tornaram em lugares (NORA, 1993) privilegiados para a fecundação de uma certa memória nacional [e regional] e da escrita de uma história disseminada como oficial do Brasil e de suas regiões.

Enquanto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) cabia o papel de centralizar narrativas e selecionar memórias para a escrita de uma história da Nação, aos institutos regionais, como é o caso do Instituto de História e Geografia do Maranhão (IHGM), cabia a tarefa de cultivar uma certa memória do passado local e de praticar uma história que coadunasse e que se harmonizasse com os discursos propalados pelo estado-nação. Discursos iniciados desde a Independência (1822), intensificados após o evento da República (1889) e transformados em narrativas autorizadas pelo estado brasileiro, reverberando políticas e culturas de memória por todo o século XX, alcançando os dias de hoje.

Aproveitando-nos da inquietante tese de Durval Muniz de Albuquerque Junior (2011), poderíamos dizer que o IHGM fazia coro a tantos outros discursos locais, regionais e nacionais que contribuiriam para a invenção não tão somente do Maranhão, mas da região Nordeste e dos muitos Brasis. Dessa feita, nos cabe, por intermédio do exercício de observação sobre a produção de um museu e da escrita da história do Maranhão, ações em constante flerte com as expectativas do estado, visualizar “um campo de luta privilegiado para as disputas regionais. [O Estado] não demarca [aqui] os limites político-institucionais das regiões, mas pode [sim] vir a legitimar ou não estas demarcações que emergem nas lutas sociais” (p. 37).

Memórias, histórias e o IHGM

Os anos 1920 anunciavam-se como um tempo de grandes atualizações. Nos dizeres de Nicolau Sevcenko (1992), a década em questão era fremente e alvoroçada. De fato esse era o tempo de grandes movimentações sociais, de revoltas e de conflitos pelo Brasil a fora, entretanto o contexto não se restrin-

gia a conflitos e a movimentações de ordem política e social. Havia também uma explosão cultural demasiadamente intensa e que foi preenchida por diferentes comemorações, por “modernices” e por excitações estéticas e culturais.

Entremeando tantos fatos e acontecimentos os governos de Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luís, desenrolaram-se sob um terreno de conflitos acalorados – principalmente os de influência agrária – que se espalhavam por diferentes regiões do Brasil. Junto a isso, as comemorações do Centenário na Independência em 1922 tomavam corpo no Rio de Janeiro, em São Paulo e por tantas outras regiões brasileiras, inclusive no Maranhão. Nesse mesmo ano, um grupo de intelectuais da região Sudeste, influenciado por ideias e por princípios europeus, agitava-se e fabricava um movimento artístico e estético conhecido por Modernismo e materializado na Semana de Arte Moderna de 1922. Tal mobilização propunha criar outras narrativas para a cultura, para a memória e para a história brasileira. No meandro de tantos acontecimentos e de variadas comemorações, um grupo de homens letrados do Maranhão pertencentes a segmentos abastados da região Nordeste reabitou, em 1925, através de instituições como a Academia Maranhense de Letras (AML) e o IHGM, um determinado passado o qual havia selecionado lembrar e cultivar.

Chamados pelo epíteto de “Novos Atenienses” (CONCEIÇÃO SILVA, 2008), o grupo reabitou um passado maranhense que viesse se contrapor a um Maranhão “decadente” – uma invenção narrativa dos mesmos intelectuais alinhados ao IHGM e outras instituições da região. Para o sucesso de tal projeto político, foi necessário buscar no tempo as “joias” mais raras da memória regional e local. O retorno ao passado reabitou fragmentos do tempo e de memórias em que o Maranhão, graças ao Marques de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo), que criou a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, experimentou uma temporalidade de prosperidade e de riquezas – uma espécie de idade de ouro para a região, momento em que o Maranhão desfrutou de um crescimento econômico e cultural jamais visto.

Essa temporalidade – iniciada no século XVIII – financiou o próspero século XIX, um espaço de tempo em que a intelectualidade ilustrada, conhecida pelo qualificativo de “ateniense” pode sair, estudar em instituições estrangeiras e trazer uma considerada “cultura erudita” para os sertões do Nordeste. A mística consolidada pelo IHGM foi a de que tal geração de homens letrados retornou à terra natal, capital do Maranhão, São Luís (a Athenas Brasileira), e produziu, sob uma perspectiva do brilhantismo econômico e cultural, uma

crença deveras positiva e progressista para, no mínimo, a capital São Luís. Essa mesma lógica foi tomada de empréstimo pelos membros fundadores do IHGM a fim de inventar discursivamente uma grandeza para o estado maranhense no século XX alicerçada em uma “dinâmica econômica e cultural experimentada em outros tempos” (CONCEIÇÃO SILVA, 2008, p. 46).

A intelectualidade ilustrada referendada pelo instituto remetia a um grupo de homens do oitocentos quase que representados por Antônio Gonçalves Dias, o poeta de “Canção do Exílio” e autor de tantas outras obras literárias. Seria esse grupo, sua produção narrativa, cultural e o contexto em que viveu, a matéria e a gramática escolhidas pelos intelectuais responsáveis pela fundação do IHGM para lembrar, comemorar e festejar os marcos considerados importantes para a escrita de uma história e usos de uma memória para o Maranhão. Esse projeto recebeu tamanha adesão que, inclusive, suscitou o desejo de criar um museu na mesma época em que se criou o IHGM.

Em 27 de novembro de 1925, o jornal *O Combate* informou a criação do IHGM. Essa era mais uma instituição civil que se somava aos múltiplos projetos locais, regionais e nacionais que, desde o século XIX, se propunham em cultivar uma certa memória e a celebrar determinados passados que seriam enquadrados como matérias e como gramáticas oficiais para a escrita de uma história do Brasil e, no caso específico, do Maranhão:

O Instituto de História e Geographia do Maranhão. Foram lançadas hontem as bases duma nova instituição científica no Maranhão. Trata-se do Instituto de História e Geographia, associação cuja falta no nosso meio há muito se faz sentir, desde que não conseguiu viver o Instituto Histórico fundado há alguns anos. Deve-se a tentativa de agora realizada com muita segurança, aos srs. dr. Justo Jansen³, Ribeiro do Amaral, dr. José Domingues, Barros e Vasconcelos, Domingos Perdigão, José Pedro Ribeiro, dr. Abranches de Moura, dr. Barros Vasconcelos, Wilson Soares, padre Arias Cruz, Domingos Perdigão, José Pedro Ribeiro, padre José Ferreira Gomes. Os estatutos da nova associação foram aprovados. Fizeram as eleições para os corpos dirigentes e as comissões científicas. A 2 de dezembro effectuar-se-há a primeira sessão cívica. O Instituto dispõe de adesões valiosas, que lhe asseguram vida longa.

³ Justo Jansen foi nomeado como o primeiro presidente do IHGM em 1925. Com Ribeiro Amaral, Justo Jansen pregou com os seus trabalhos no Maranhão uma campanha de aplicação dos maranhenses aos estudos da terra e do homem no estado. O médico com formação em Salvador (BA) foi um dos intelectuais que, assim como Amaral, recebeu do governo João Costa e Lopes da Cunha a incumbência de realizar pesquisas em arquivos da Europa, documentos sobre os limites do Maranhão e, em geral, a história e geografia maranhense, percorrendo “os principais centros de cultura Europeus”. Fonte: *O Imparcial*, 19 ago. 1930, Ano V, não paginado.

A imprensa, como todos, tem o dever de receber de braços abertos o Instituto de História e Geographia do Maranhão. Pela nossa parte nós o comprimos com inteira satisfação.⁴

De acordo com as informações publicadas pelo jornal, essa nova instituição científica vinha suprir a falta que no meio maranhense se fazia sentir, desde que não sobreviveu o Instituto Histórico fundado em 1865 por intelectuais que compunham o cognominado “Grupo Maranhense” (1832-1866) e que era representado por nomes como João da Matta de Moraes Rego, César Augusto Marques, João Vito Vieira da Silva, Torquato Rego, Sotero dos Reis, Francisco Vilhena, Heráclito Graça, Antônio Henriques Leal, Antônio Rego, Augusto Frederico Collin e Antonio Gonçalves Dias (BORRALHO, 2009).

Esse grupo formava a intelectualidade regional – e que fazia pontes com a intelectualidade nacional⁵ – responsável pela caracterização da chamada “Athenas brasileira”, uma espécie de expressão mitológica e racializada, criada e composta por homens de letras autorizados a falar da cultura e da história do Maranhão. Tal grupo de homens integrado ao mito evocativo da antiguidade clássica selecionou lembranças, inventou o “povo” maranhense, projetou determinadas memórias que deveriam ser celebradas e delimitou políticas para a escrita da história do estado e da região. Todos homens – fenômeno que respeita a lógica instituída/imposta das coisas do mundo e as políticas da história da época⁶ – fabricaram mecanismos discursivos muito eficazes e que atravessaram o tempo alcançando os projetos de nação e de região alinhavados no século XX. A crença reunida ao redor desses personagens – que marcaram o cotidiano intelectual do Maranhão no século XIX – foi tamanha que acabaram, por vezes, evocados pelos fundadores do IHGM do Maranhão em 1925.

Tal ação que corrobora a cultura de uma certa memória aparece logo na primeira edição da *Revista do IHGM*. Nesta, foi narrada a importância que teria no século XIX – e evidentemente também no século XX – aquele pas-

⁴ O Instituto de História e Geographia do Maranhão. *O Combate*., Maranhão, 27 nov. 1925, anno 1, nº 184, p. 1.

⁵ Essas pontes entre as regiões brasileiras, em específico o Maranhão, e o governo central no Rio evidenciam-se, por exemplo, no caso de Antônio Gonçalves Dias e o “empréstimo” que fizera de sua poesia “A canção do exílio” a Joaquim Osório Duque-Estrada para que escrevesse a letra do Hino Nacional Brasileiro.

⁶ Os estudos de gênero e as contribuições dos estudos feministas são fundamentais para se iniciar uma crítica do predomínio falocêntrico e hegemonicamente masculino das coisas no mundo e da escrita da história. Sobre tais questões, é importante consultar as contribuições de Joan Scott (2008), que questionam tal ordem masculina em suas incursões pela história das relações de gênero na Europa ou mesmo Rachel Soihet (1989) e sua história feminista do Brasil de fins do século XIX e por grande parte do século XX.

sado de “grandeza intellectual, mercê da qual esta terra desfructa o evocativo cognome de Athenas Brasileira”.⁷ Vale enfatizar que, ao produzir a crença da “Athenas brasileira” e idealizar uma “nova Athenas” representada pela geração de intelectuais fundadores do IHGM em 1925, esses homens se remetiam a um passado mítico e saudosista que, aprisionado em ilusórias memórias e glórias, conquistas e vitórias, fabricava para o século XX maranhense uma memória de decadência social e econômica, conforme apontou Ana Ládida Conceição Silva (2008). A invenção de um decadente presente –o século XX maranhense – viera com tamanha força para o IHGM que tal sensação foi sugestivamente historiada nas primeiras páginas da revista quando os editores criticaram o meio social e cultural do Maranhão do século XX em que “iniciativas de ordem intellectual costumavam ser recebidas pelo público com a maior indiferença”.⁸

Percebemos que a ação dos intelectuais regionais não se furta ao que ensinou Michael Pollak (1989) no instante em que falou do processo de enquadramento de memórias e da fabricação de uma memória coletiva: “Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), [são] as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência” (p. 9) possíveis de serem “harmonicamente” lembrados, narrados e comemorados. Evidentemente que perseguindo a mesma linha de interpretação utilizada por Manoel Luís Salgado Guimarães (1988) e que mostrou as fortes relações entre o IHGB e a monarquia brasileira, em nosso caso entendemos que o IHGM não se abdicou dos fortes laços nutridos entre instituições civis e as diferentes formas de poder de estado vigentes no contexto de fundação desses institutos (a Monarquia Imperial e a República).

As fortes relações entre as instituições civis, ainda no oitocentos, com os representantes da Monarquia eram demasiadamente estreitas. A memória de tais relacionamentos construídos sob a égide de conluios e de jogos de poder reverberaram e se estratificaram em diferentes temporalidades. Isso tanto ocorreu que, mesmo ultrapassado o Império, a Primeira República (GOMES, ABREU, 2009) e articuladas as mudanças nesse regime de governo (o Pacto oligárquico-coronelista), percebe-se no IHGM a insistente cultura de uma

⁷ SOARES, Wilson. Subsídios para a Bibliographia Maranhense. *Revista trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão*, anno I, nº 1, 1926, p. 31.

⁸ O primeiro número. *Revista trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão*, anno I, nº 1, 1926, p. 31.

memória que aglutinava lembranças um tanto melindrosas – aparentemente contraditórias e paradoxais – e que apascentava narrativas dissonantes (outras histórias), ao passo que homenageava a memória de D. Pedro II realizando a primeira sessão cívica do IHGM no mesmo dia de nascimento deste monarca.

Tais relacionamentos muito estreitos entre Estado e intelectuais se confirmavam não tão somente em homenagens, mas também se reforçavam – e se perpetuavam – através de coleções, de exposições e da produção de memoriais, ou mesmo de museus, conforme noticiou o periódico *O Combate* em 1º de dezembro de 1925. Na ocasião do evento divulgado pelo periódico, foram expostos “os retratos de D. Pedro II, D. João e D. Pedro I, sendo o de D. Pedro II devido ao pincel do distinto pintor Snr. Paula Barros”.⁹ Os interesses dessa exposição e evento tinham, além de propósitos comemorativos, expectativas pedagógicas e que fizessem reverberar uma certa memória. Isso se explica nos esforços do IHGM ao convidar pessoas para prestigiar a ocasião. Nesse dia, os responsáveis pelo IHGM solicitaram ao Capitão do Porto e ao “Commandante do ‘Amazonas’ que embandeirassem suas embarcações próximas ao porto para que às 10 horas os marinheiros do ‘destroyer’ desembarcassem para assistir aos festejos do dia”.¹⁰

É bastante provável que as expectativas de tal evento e dos convites estivessem em estreito relacionamento com uma certa política da história do Maranhão, aquela que contrapunha um passado de glórias a um presente de desventuras e degradação. Essa operação historiográfica e o manejo de narrativas percebidas na montagem de um futuro museu chancelavam uma certa memória e inauguravam um tempo de grandes comemorações regionais – e também nacionais – que marcariam a década de 1920, silenciando e apagando tantas outras narrativas da memória habitada (ASSMANN, 2011) do Maranhão. Assim, fazendo coro a essas memórias anteriormente fabricadas, durante a Primeira República, o encontro de literários promoveu na capital do Maranhão práticas culturais de valorização a um passado com referência ao primeiro grupo de intelectuais reconhecidos por “Atenas brasileira”, que “passou desde então os discursos das elites, cristalizando-se, e passando a integrar a memória coletiva” (SILVA, 2008, p. 26). Formado por nomes que compunham um seletivo grupo de homens legitimados a falar sobre a cultura maranhense, segundo um dos sócios fundadores, Antônio Lopes da Cunha, em 1925, tomava “a iniciativa de reunir alguns homens de boa vontade na livraria

⁹ Centenário de D. Pedro II. *O Combate*, Maranhão, 1 dez. 1925, anno 1, nº 187, p. 4.

¹⁰ Centenário de D. Pedro II. *O Combate*, Maranhão, 1 dez. 1925, anno 1, nº 187, p. 4.

de Wilson Soares expondo-lhes a minha ideia de se comemorar o centenário do nascimento de D. Pedro II com a inauguração, nesta capital, de um Instituto de História e Geografia”.¹¹

Não obstante, conforme informou o secretário do instituto, Antônio Lopes, na apresentação do primeiro número da revista em 1926, mesmo diante do indiferentismo do público, do desejo de não permanecer entre as “coisas esquecidas” do Maranhão, a instituição “muito teve que lutar revelando uma energia invulgar”.¹² Todavia, a falta de incentivo ou de importância dada a nova agremiação ficou aquém graças ao sócio da instituição, Antônio Lopes, que naquele momento atuava na administração do município de São Luiz, onde foi fornecido um auxílio, ainda que incerto, pela prefeitura, para a criação da instituição. Antônio Lopes¹³ descendia de família de juristas e políticos da região, sobrinho de Celso Magalhães da Cunha, um dos grandes escritores pioneiros nos estudos de folclore no Brasil. A partir do lugar ocupado no Maranhão e das relações estabelecidas por ele, foi possível “imediatamente” criar junto à Escola de Bellas Artes¹⁴ o IHGM na Avenida Magalhães de Almeida, nº 8.

Condicionado a um desejo de memória representado pela elite intelectual, que discursivamente contribuía para a consolidação de um “ideal de grandeza maranhense” (SILVA, 2008, p. 46), a concepção de um lugar de salvaguarda da cultural material e difusão científica especializada nos estudos históricos e geográficos do Maranhão contemplava uma ausência na produção intelectual na região Nordeste. Será a partir dos gestos colecionistas de estudiosos da História, Geografia e Arqueologia desenvolvidos na ambiência do IHGM e de famílias abastadas da região que identificaremos a formação de um museu a partir da constituição de coleções nas quais “objectivamente [estaria] um passado cheio de glórias e de factos que muito nos honram”.¹⁵

¹¹ O primeiro número. *Revista trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão*, anno I, nº 1, 1926, p. 110.

¹² O primeiro número. *Revista trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão*, anno I, nº 1, 1926, p. 5.

¹³ Em 1951, a *Revista do IHGM*, nº 3, ano XXVIII, em uma descrição dos “mortos do Instituto” expressou que o maranhense Antônio Lopes, falecido em 1950, “evitou o desaparecimento total da instituição, durante a primeira fase de sua decadência, conservando, o quanto pode, o seu museu, contra os repetidos despejos sofridos pela falta de sede própria” (p. 137).

¹⁴ Foi criada em 1922 e funcionou primeiramente no Casino Maranhense e a partir de 1926 no prédio onde funcionou o IHGM, na Avenida Magalhães de Almeida. Além de Paulo Barros, participaram José Lentini, Fran Paxeco, Da Costa e Silva, Antônio Lopes, Jacinto Aguiar, Francisco Furiati. Fonte: <http://artedomaranhao.blogspot.com/2013/06/escola-de-belas-artes-do-maranhao.html>. Acesso em: 2 nov. 2019.

¹⁵ MOREIRA. J. *Pacotilha*, São Luís, 10 set. 1938, p. 3.

Coleções e um museu para a invenção do Maranhão

Quando o IHGM foi criado no início do século XX, Antônio Lopes da Cunha apontou que a agremiação possuía “uma organização mais modesta de uma coleção de material archeologico, histórico, ethnographico e geographico do Maranhão”.¹⁶ Uma amostra de cultura material que, possivelmente, teria sido acolhida após estudos científicos realizados por estudiosos da região e consecutivamente levados para a instituição. Segundo o seu regimento de fundação, não é possível identificar, até aquele momento, o desejo de criar um espaço museológico, mas a existência de uma pequena coleção.¹⁷ Segundo o artigo III do regimento do instituto, constavam: “explorações geográficas e archeologicas”, “a organização de uma Biblioteca Histórica – Geográfica do Maranhão, na qual devem incluir-se as cartas geográficas e topográficas, plantas de monumentos, medalhas, quadros, estampas, autographos, etc”, e “a colheita de material para o estudo do Folklore maranhense¹⁸, e sua organização e comentário”.¹⁹ Ou seja, nesse momento um exercício prático direcionado aos estudos do campo da História, Geografia, Arqueologia e Folclore, cabendo a Biblioteca Histórica e Geográfica o lugar reservado à organização e à salvaguarda da cultura material presente no acervo.

Vale ressaltar que nesse contexto, no Maranhão, a Biblioteca Pública do Estado, segundo relatório apresentado por Domingos de Castro Perdigão em sua gestão em 1920, apresenta que no regulamento de 1898, o artigo II orientava a concepção de um “pequeno museu” anexo à biblioteca, a ser “composto de objectos pertencentes aos tres reinos da natureza, petrificações, encrutações, moedas, medalhas, objectos raros, adquiridos por doação particular ou a conta dos cofres do Estado.”²⁰ Segundo o relatório, assim que assumiu a direção, procurou organizar “convenientemente o Museu desta Bibliotheca” que

¹⁶ O primeiro número. *Revista trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão*, anno I, nº 1, 1926, p. 79.

¹⁷ “De modo geral, uma coleção pode ser definida como um conjunto de objetos materiais ou imateriais (obras, artefatos, mentefatos, espécimes, documentos arquivísticos, testemunhos, etc) que um indivíduo, ou um estabelecimento, se responsabilizou por reunir, classificar, selecionar e conservar em um contexto seguro e que, com frequência, é comunicada a um público mais ou mesmo vasto, seja esta uma coleção pública ou privada”. (DES-VALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 32)

¹⁸ No tocante aos estudos do “Folklore”, pleiteia-se um lugar de divulgação das tradições populares do Maranhão que, conforme evidenciamos anteriormente, contribui, também, para a perpetuação do legado deixado por Celso Magalhães, tio de um dos sócios fundadores, no campo dos estudos do folclore maranhense.

¹⁹ O primeiro número. *Revista trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão*, anno I, nº 1, 1926, p. 61-62.

²⁰ Relatório da Biblioteca do Estado. In: PERDIGÃO, Domingos (Diretor). Maranhão, 1920, p. 67.

tinha como acervo, objetos classificados do “reino mineral”, “reino animal” e “objectos raros e de valor artístico e histórico”.²¹

O olhar direcionado ao espaço da biblioteca como parte integrante na formação de um arquivo de memória e, em anexo, a criação de um museu, traz uma prática já desenvolvida no Rio de Janeiro, tendo em vista as atividades exercidas por Joaquim Pires Machado Portela, diretor do Arquivo Nacional, quando em seu relatório de 1876 dizia que “se os Arquivos Públicos devem ter sua peculiar biblioteca como parte integrante e indispensável..., cumpre também que possuam um museu especial, como modernamente os estão criando e desenvolvendo diversos Arquivos da Europa”.²² (BARATA, 1986, p. 25). Essas instituições de cunho protecionista reverberavam um paradigma museológico do qual sinalizamos como tradicional, uma vez que centrado na ambiência do museu enquanto espaço institucionalizado formado por coleções e aplicações técnicas, “aproxima de orientações positivistas baseadas em métodos objetivos de experimentação, descrição, e verificação” (Cf. BRITTO, SANTOS JÚNIOR, DANTAS, 2018, p. 90). Porém, as condições físicas do prédio que acomodava o acervo museológico na Biblioteca Pública, onde uma “valiosíssima colleção”, nesse caso, do artista Arthur Azevedo “que forma a base iconographica deste estabelecimento, continuava ainda instalada no pavimento térreo onde vinha soffrendo danos inapreciáveis, não só os quadros como as estampas em pastas” (PERDIGÃO, 1920, p. 66). Será a partir da importância dada ao conjunto de objetos e precisamente as condições do espaço em que estava abrigada a coleção do artista Arthur Azevedo, que no dia 5 de fevereiro de 1926 o presidente do Estado, Godofredo Mendes Vianna, apresentava ao congresso uma proposta de criação não só de uma exposição na ambiência do IHGM, mas de um museu para o estado em decorrência da criação do Instituto de História.²³

²¹ “[...] do reino mineral uma colleção de mineiro deste Estado, todos classificados ao meu pedido, pelo engenheiro francez Apolinario Folk; do reino vegetal uma colleção de amostras de madeiras do Estado, amostras de algodão e outros productos agrícolas; do reino animal, noventa e seis animaes da fauna maranhense artisticamente empalhados, sendo: 41 mamiferos, 29 aves, 15 repteis, 8 peixes, além de costellas e ossadas de baleia e outros animaes de grande tamanho. Possui também o Museu alguns objectos raros e de valor artístico e histórico, os quaes, conforme iam sendo adquiridos, ia mencionando nos meus relatórios” (PERDIGÃO, 1920, p. 67).

²² Diante do que foi apresentado no Relatório sobre a presença do acervo no Museu da Biblioteca, é possível aferir que parte da coleção tenha sido formada pelo antigo Gabinete de História Natural existente na antiga província do Maranhão em 1844, que depois foi deslocado para a antiga Biblioteca Provincial.

²³ Acreditamos que a atuação de Domingos Perdigão na Biblioteca Pública do Estado, tendo conhecimento da realidade museológica do acervo por ele organizado, contribuiu para que o mesmo influenciasse as autoridades locais para a necessidade de deslocamento da coleção e, com isso, para a criação de um novo museu que atendesse às necessidades museológicas no estado.

Conforme alertou o presidente, a Biblioteca do Estado ainda permanecia no pavimento térreo do prédio onde funcionava o Congresso do Estado, apresentando em suas instalações “incalculável dano para seus livros e colleções artísticas” e que por isso seria viável que o estado junto ao IHGM, fundasse um museu “entregando-lhe todos os objectos que se acham na Bibliotheca e que antes deveriam estar num museu, com a condição, porém, de se responsabilizar o mesmo Instituto pelo que lhe fôr entregue”.²⁴ Ainda, segundo o informe, caberia ao estado depois de criado o museu “destacar um funcionário da Biblioteca para ter exercício no mesmo Instituto”²⁵, ficando responsável pela preservação do acervo. No entanto, o enunciado desejo de realocar o acervo da biblioteca e da coleção iconográfica do artista Arthur Azevedo para os espaços do IHGM parece ter ficado somente no papel.²⁶ Mas, será a partir desse momento, após a publicação do primeiro número da *Revista do IHGM*, divulgada após a data de criação do regimento, ou seja, em 1925, que Antônio Lopes irá dissertar pela primeira vez sobre a criação de um museu nas instalações daquela agremiação. Segundo o secretário, após as conferências realizadas sobre os problemas do território e do povo do Maranhão, “conseguiu o instituto dar impulso a mais uma útil iniciativa. Restava-lhe tratar da organização de um modesto museu de Etnographia, História e Geographia do Maranhão e uma Bibliotheca”.²⁷ Destarte, dado a iniciativa para criação de um museu e expansão do seu acervo, a agremiação pôs “em campo, nomeando em alguns pontos do Estado agentes incumbidos de angariar esse

²⁴ *Relatório do Presidente do Maranhão*. Bibliotheca Publica. Maranhão, 1926, p. 30.

²⁵ Essa indicação do profissional da Biblioteca corrobora com a pesquisadora Suely Cerávolo (2017) ao afirmar que “no Brasil, as camadas da elite intelectual foram responsáveis pela prática da imaginação museal, não sendo essa, segundo Mario Chagas, prerrogativa de profissionais museólogos” (p. 64).

²⁶ A localização do IHGM no prédio alugado parece não ter demorado muito, tendo em vista que no dia 4 de abril de 1927 a comissão do Instituto teria procurado o presidente do estado a fim de lhe pedir providência para sua instalação em prédio próprio do estado, uma vez que o espaço onde se achava instalado “é exíguo, acrescendo que o pagamento do aluguel com a subvenção municipal, sacrificia a publicação da Revista mantida pela agremiação, a qual só poderá ser custeada com tal subvenção”. Um dos locais nomeados foi o antigo prédio da biblioteca que, provavelmente, já teria sido alocada em outro endereço. No entanto, não sabemos ao certo se o instituto teria ido ou não para o espaço da biblioteca, tendo em vista que no final daquele mês o jornal *O Imparcial*, em 28 de abril de 1927, informava que a diretoria do instituto teria procurado o presidente do Maranhão para agradecer pelos reparos de um novo prédio, na antiga Escola Onze de Agosto, onde iria “funcionar aquella agremiação”. Todavia, é provável que as dificuldades enfrentadas por um espaço adequado e próprio para instituto contribuíram para que o acervo da coleção do artista Arthur Azevedo não tenha sido transferido para o IHGM e que o desejo de realocação tenha ficado somente no papel.

²⁷ O primeiro número. *Revista trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão*, anno I, nº 1, 1926, p. 6.

material, todos escolhidos entre pessoas cultas e dedicadas” (p. 79). A recolha do material destinado à coleção do museu estava condicionada a uma instrução prévia que auxiliava os agentes a coletar o acervo prometido ao museu do instituto. Conforme publicado na revista, a coleção estaria classificada nos quesitos de “Material Archeologico, Material ethnographico, Material Geographico, e Material Histórico” (p. 79).

Após a sua publicação, o acervo do instituto teria recebido inúmeros objetos doados por personalidades do estado, sócios ou representantes de famílias abastadas da região, fazendo desse gesto um ato interessado de consagração de determinados nomes dentro do imaginário cultural maranhense. A partir dos periódicos, é possível enxergar entre os objetos enviados, “photograpias da fortaleza colonial existente naquela comarca, uma pedra e a chave de um dos portões do forte histórico, machado de pedra raro pelo seu extraordinário tamanho, amostras diversas de mineraes, provenientes do interior do maranhão”²⁸; uma “collecção de quadros da escola maranhense de pintura colonial organizada por Gonçalves Dias”²⁹; “dois valiosos retratos a pastel do começo do século XIX, um arco e algumas flechas dos índios Urubús, uma buzina dos índios ‘Canellas’, de Grajahú; uma photographia do primeiro magistrado sertanejo do Maranhão, uma photographia do porto de Cancale, de onde partiu, em 1612 a exposição de Ravardiére para o Maranhão”³⁰; “uma gravura antiga [...] insígnias dos antigos vereadores ou juizes da comarcas nos tempos coloniais, três raríssimas plantas com Traçados da Fortaleza de São Francisco, ora desaparecidas, do forte da Ponta da Areia e da antiga Sé do Maranhão”.³¹ Os objetos, conforme podemos perceber, definem uma coleção marcada por silêncios de tantas outras narrativas possíveis, atendendo a uma proposta de museu que nomeava aspectos expressivos de uma memória do poder, consolidando uma “narrativa épica que pretende atualizar o panteão Nacional e povoar a memória com gestos singulares e heroicos” (CHAGAS, 2003, p. 76). A formação de um acervo que consistia no “uso do passado como rastro-sintoma de presença e ausência” (CERÁVOLO, 2017, p. 73) que reverberava nos museus celebrativos “marcado pelo culto ao passado e pela fabricação de vultos heroicos” (Cf. BRITTO, SANTOS JÚNIOR, DANTAS, 2018, p. 91).

²⁸ O Instituto de História e Geographia. *O Imparcial*, Maranhão, 27 abr. 1927, p. 1.

²⁹ O IMPARCIAL. Instituto de História e Geografia. Maranhão, 28 abr. 1927, p. 6.

³⁰ O Instituto Histórico. *O Imparcial*, Maranhão, 27 nov. 1928, p. 1.

³¹ O Instituto Histórico. *O Imparcial*, Maranhão, 3 mar. 1929, p. 8.

Após a década de 1930, o IHGM não tem mais a sua revista produzida. Em uma das sessões realizadas no instituto, no dia 20 de julho de 1939, foi colocado em ata uma nota de protesto contra os atos praticados à instituição, expondo os “fatos que abalaram a vida do instituto e o destituíram da sede, em consequência da Revolução de 1930”³², o que teria contribuído para que “a associação, reconhecida de utilidade pública por Lei estadual estivesse deixado os livros e as coleções do museu em meio aos escuros e húmidos porões de edifício público, onde ficaram expostas a inevitáveis estragos” (p. 6). A partir da década de 1940, o IHGM obteve uma sede própria dado a iniciativa de Clodoaldo Cardoso, que atuava como membro da Secretaria de Finanças do Governo de Sebastião Archer (SILVA, 2008).

Em 1948³³, após quase 22 anos de publicação da primeira revista, a apresentação do nº 1, ano II, publicada em novembro, reafirma que “muito desajudado do Maranhão, e apesar de hostilidades e indiferenças” eram de conhecimento do público “os prejuízos que sofreu o museu do Instituto”. Na tentativa de reabrir o museu em 1949, e talvez recuperar parte do acervo que foi perdido, o instituto solicitava mais uma vez aos maranhenses que “lhe mandem material para as coleções geográficas, históricas, etnográficas e arqueológica”, igualmente solicitado quando do início da coleção na década de 1920.

Crentes no fortalecimento da instituição em 1951, os sócios do IHGM criam um novo estatuto que, além de apontar um novo endereço para sede, localizado na rua Osvaldo Cruz, nº 634, instituiu novos cargos administrativos com o objetivo de resolver o cenário de descaso vivenciado em trajetórias anteriores. Além dos cargos de presidentes e secretários, foram designados os de bibliotecário, dirigido por Odilon Soares; e o de diretor do museu, assumido por Oswaldo Soares.³⁴ Hoje, rebatizado de Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, com seus 94 anos de fundação, a agremiação está localizada na Rua Santa Clara, nº 230. Até aqui, não foi possível identificar se o museu da instituição ou se a coleção teria sobrevivido ao tempo, ou se consolidado.

³² O primeiro número. *Revista trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão*, anno II, n.º 01, 1948, p. 150.

³³ A diretoria eleita para o biênio de 15 de julho de 1945 a 15 de julho de 1949 tinha como presidente João Braulino de Carvalho; Vice-Presidente Henrique Costa Fernandes e Secretário Geral Antônio Lopes da Cunha.

³⁴ Segundo o art. 29º do novo regimento ficava a cargo do diretor do museu “organizar um museu, velar pela sua conservação, trabalhar pelo seu enriquecimento, enviando esforços para aquisição de material de valor, com que se possa documentar os estudos relativos as atividades das associações, estabelecendo intercâmbio com as associações congêneres” (ALMEIDA, 1951, p. 152).

Mas, é possível dizer que ao reconstruir os traços colecionistas e a formação do museu do Instituto de História e Geografia, o mesmo se fez efetivo quanto ao uso da memória para legitimar uma ambiência cultural pautada por uma visão romântica de um passado saudosista, como também hegemônica na construção de mitos e legitimidade científica maranhense; no qual o museu e a biblioteca especializada nos estudos de História, Geografia, Etnografia e Arqueologia, contribuíram para compor a imagem de um Maranhão a partir de mitos, invenção de tradições e identidades regionais.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BARATA, Mario. Origens dos Museus Históricos e de Arte no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 147, n. 350, p. 22-30, jan./mar.1986.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BRITTO, Clovis Carvalho; DANTAS, Rafael Jesus da Silva; SANTOS JÚNIOR, Roberto Fernandes dos. *Sob os véus de Mnemosyne: a imaginação museal de Maria Thetis Nunes*. São Cristóvão: Editora UFS, 2018.

BORRALHO, José Henrique de Paula. *A Athenas Equinocial: a fundação de uma Maranhão no império brasileiro*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

BORRALHO, José Henrique de Paula. Instituto de História e Geografia do Maranhão (IHGM): patrimônio, memória e história como princípios de perpetuação da imagem de um Maranhão grandioso. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 7, n. 1, 2011.

CHAGAS, Mario de Souza, *Imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CERÁVOLO, Suely Mores. Rota de investigação sobre a formação do patrimônio cultural da Bahia. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 9, n. 53, 2017.

CONCEIÇÃO SILVA, Ana Ládía. *Falas de decadência, moralidade e ordem: a “História do Maranhão” de Mário Martins Meireles*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza*. Chapecó: Argos, 2007.

HAHNER, June H. *Emancipação do sexo feminino: a luta das mulheres pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. A “nova” velha República: um pouco de história e historiografia. *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; TEIXEIRA,

Rebeca (Org.). *Cultura política, historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

REVISTA do Instituto de História e Geografia do Maranhão. Ano I, n. 1, 1926.

REVISTA do Instituto de História e Geografia do Maranhão. Ano II, n. 1, 1948.

REVISTA do Instituto de História e Geografia do Maranhão. Ano XXVIII, n. 3, 1951.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero e historia*. México: FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Ana Ládía Conceição. *Falas de decadência, moralidade e ordem: a "História do Maranhão" de Mario Martins*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Frederico Fernando Souza. *Coleção de gravuras Arthur Azevedo: memória e patrimônio cultural*. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.